
A TEMÁTICA DO TRABALHO NOS ESTUDOS GEOGRÁFICOS E SUAS IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS

THE LABOUR THEME IN THE GEOGRAPHICAL STUDIES AND THEIR METHODOLOGICAL IMPLICATIONS

EL TEMA DEL TRABAJO EN ESTUDIOS GEOGRÁFICOS Y SUS IMPLICACIONES METODOLÓGICAS

Leandro Henrique da Silva¹

RESUMO: O presente texto procura realizar um levantamento preliminar do conhecimento produzido pela Geografia sobre o espaço geográfico e sua relação com o trabalho. O estudo parte de algumas abordagens denominadas de “Geografia do trabalho” a fim de questionar o tratamento teórico-metodológico existente nesse campo de estudo, suas principais referências no Brasil e no exterior. Assim, essa incipiente pesquisa busca conectar tais estudos a uma teoria do espaço geográfico balizada com as novas relações entre o mundo e os lugares advindos do período atual da globalização.

Palavras-chave: Espaço geográfico. Geografia do trabalho. Metodologia da geografia.

ABSTRACT: The present article seeks to carry out a preliminary rising of the knowledge produced by the geography on the geographical space and its relation with labor. The study begins from some approaches denominated of “Geography of labor” in order to question the theoretical and methodological treatment existing in this study field, its main references in Brazil and abroad. This way, this incipient research seeks to connect such studies toward a theory of the marked geographical space with the new relations between world and the places that came out of the current period of globalization.

Keywords: Geographical space. Labor geography. Geography methodology.

RESUMEN: Este texto busca llevar a cabo una encuesta preliminar del conocimiento producido por la geografía sobre el espacio geográfico y su relación con el trabajo. El estudio parte de algunos enfoques llamados “Geografía del trabajo” para cuestionar el tratamiento teórico y metodológico existente en este campo de estudio, sus principales referencias en Brasil y en el extranjero. Por lo tanto, esta incipiente investigación busca

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente do IFSP – Campus Avaré – SP. E-mail: leandro.henrique@ifsp.edu.br.

Artigo recebido em novembro de 2019 e aceito para publicação em julho de 2020.

conectar tales estudios con una teoría del espacio geográfico basada en las nuevas relaciones entre el mundo y los lugares que surgen del período actual de globalización.

Palabras clave: Espaço geográfico. Geografia del trabajo. Metodología de la geografía.

INTRODUÇÃO

O atual período de produção do conhecimento científico repousa, largamente, em um processo de especialização crescente, ao mesmo tempo em que a globalização, graças à universalização do fenômeno técnico atual, atinge todo o globo.

No afã de solucionar problemas complexos presentes na sociedade atual as especializações em diversos campos do saber se anunciam, em particular na Geografia, do mesmo modo se arriscam e, forçosamente, abrem o devido espaço a crítica necessária.

Na Geografia tem-se verificado há pouco mais de duas décadas, uma preocupação em relacionar categorias como o trabalho e sua relação com o espaço geográfico, nessa mesma ordem. As chamadas “geografias” do comércio, econômica, urbana etc., possuem larga tradição no pensamento geográfico. Igualmente as adjetivações em seus temas de pesquisas são visíveis, as tendências fáceis, o peso ideológico no *corpus* da disciplina parece se instalar quando verdadeiras revoluções no movimento do mundo subvertem o modo correspondente de apreensão dos fenômenos.

Nessa pretensão esse pequeno texto reúne algumas produções no âmbito da ciência geográfica denominada ou autointitulada: Geografia do trabalho. Destacam-se, portanto, uma miríade de trabalhos desenvolvidos no Brasil e no Exterior, um universo de livros, artigos, teses de Mestrado e/ou Doutorado presentes no conjunto das universidades brasileiras sobre a tentativa de, através das categorias historicamente estabelecidas ou reformuladas da ciência geográfica, desenvolver uma explicação sobre as dinâmicas espaciais a partir das mutações no atual mundo do trabalho, uma questão cara à Geografia, porque é repleto de ambiguidades.

UM NOVO CAMPO DE ESTUDO PARA A GEOGRAFIA?

A especialização unilateral dos diversos campos do conhecimento científico corre o risco de manter os homens de ciência satisfeitos no interior de seus limites, como bem demonstrou o filósofo Ortega y Gasset (1967), ao contrapor a complexidade atingida das dimensões da vida e a capacidade de pensar seus problemas em sua totalidade.

A descoberta do novo e não sua invenção, do mesmo modo, foi alvo das preocupações do geógrafo Milton Santos (1986), em sua busca de explicar o presente diante da mudança do mundo e através de uma disciplina particular, com seu conjunto de conceitos atuais, contribuir na explicação da realidade total.

Por isso, com a elaboração de um conjunto de pesquisas sobre o tema do trabalho na geografia, logo o juízo de valor encontra-se apreensivo, ou seja, procura o entendimento. Tais desafios impõem escolhas complexas e sempre redutoras, dado o caráter inicial dessa pesquisa, pois as grandes obras de síntese do pensamento geográfico, aquelas dotadas de uma coerência, que detêm um sistema de conceitos profundos no entendimento do mundo em sua totalidade, que formaram e ainda formam escolas, foram adiadas nessa discussão, uma vez que elas não se desenvolvem em torno de uma temática específica, mas ao contrário, as incorporam em sua própria epistemologia e esquema analítico.

Anunciar não é necessariamente explicar a realidade. A questão pode ser desdobrada de outra forma: dizer que o espaço pode ser manipulado por diferentes grupos, levanta questões imediatas de saber de qual espaço se trata. Uma segurança metodológica pretendida não implica em um pensamento hermético e estático diante da realidade, mas sim assegura os instrumentais analíticos devidos utilizados na apreensão da dinâmica do real em seu conjunto.

As escolhas metodológicas, as variáveis destinadas a presidirem o trabalho teórico ainda convivem com uma miscelânea de análises quando a temática recai sobre o funcionamento do espaço com a sociedade. A literatura é vasta e tornar-se fundamental conhecer, ainda que minimamente, as diferentes abordagens na busca da construção do próprio método, considerando todas as fontes.

A REFERÊNCIA ANGLO-SAXÔNICA DA GEOGRAFIA DO TRABALHO

Segundo Castree (2007) o tratamento da temática do trabalho na geografia tem seu início na chamada Geografia Radical na década de 1970, principalmente com os escritos dos geógrafos econômicos, com desdobramentos na geografia da população por meio das discussões sobre migrações.

O autor reconhece a importância da geografia para os trabalhadores e, ao mesmo tempo, estes são considerados agentes geográficos ativos aptos a modificarem a paisagem da existência humana, embora inseridos em uma complexidade de elementos, esses trabalhadores possuem um papel significativo na produção do espaço. Daí poder falar em “geografias” do trabalho.

Entretanto, essa geografia do trabalho possui um campo analítico variado e convive em um ecletismo metodológico. Aliás, para o autor, interessa ultrapassar o discurso das questões sobre produção e trabalho assalariado, das estruturas geográficas dos sindicatos, da localização do mercado de trabalho e dos danos das jornadas de trabalho diárias em lugares distantes, principalmente nas cidades. Embora, mais uma vez, novos temas são incorporados a essa geografia, seu método permanece ancorado em abordagens de caráter cultural pós-modernista ou pós-estruturalista, ou, no limite, em um misto de marxismo, feminismo, abordagens antirracistas no trabalho etc., em que o poder e as relações sociais assumem papel central. Em última análise, a questão política, ligada a geógrafos de esquerda, a exemplo de Neil Smith, na visão de Castree (Idem.), encontra seu diferencial ao produzirem não uma geografia da classe trabalhadora em si (sua melhor regulação, por exemplo), mas sim um conhecimento *para* os trabalhadores e não somente *sobre* eles.

Nesses termos, a obra do geógrafo americano Andrew Herod, principalmente em seu livro: *Labor Geographies: workers and the landscapes of capitalism* (2001), pretende elevar a classe trabalhadora a um primado teórico mais consistente nas análises espaciais. Nele o autor explora os “ajustes espaciais” assegurados pelos trabalhadores organizados ou não, responsáveis em parte pela sua própria reprodução social. Igualmente, o exame de suas influências na configuração espacial, isto é, na manipulação da organização geográfica a fim de atender seus proveitos, mesmo em condições não necessariamente revolucionárias, mas sim, como agentes geográficos ativos na produção do espaço através de seus respectivos atos políticos.

A crítica do autor direciona-se, particularmente, àquela geografia econômica responsável, até então, por negligenciar questões concernentes à classe trabalhadora e seu papel na constituição da paisagem. Nesse sentido, o peso da práxis espacial, ou seja, as

lutas dos atores sociais no intuito de alterar as relações geográficas dentro das quais suas vidas subsistem, figura como o centro do debate teórico (HEROD, Idem).

Essa tentativa de avanço que o autor persegue parte, em geral, da teoria social crítica que procura revelar a negligência do espaço em favor do tempo, isto é, a mesma tendência responsável por “espacializar” Marx nos estudos geográficos e conceituar o espaço em seu papel central no funcionamento da sociedade. De modo particular, há a crítica ao marxismo, que, embora reconhecidamente tenha nos escritos de David Harvey, Edward Soja, Richard Peet, entre outros, o mérito de incorporar a produção do espaço como crucial para a sobrevivência do capitalismo, por outro lado, e no interior da geografia marxista anglo-saxônica, as análises sobre o funcionamento da geografia do capitalismo exacerbou a primazia do capital nessa explicação e relegou os trabalhadores a passividade diante da produção, do que o autor destaca, da paisagem econômica.

Tal paradoxo, mesmo entre geógrafos marxistas, gerou na interpretação de Herod (1997; 2001), um tratamento equivocado nas questões do trabalho através da geografia, o que pode ser denominado de “Geography of Labor”. Este conceito se desenvolve nos termos de como o capital faz uso das diferenciações geográficas do trabalho, tal como alterando a localização dos trabalhadores e os inserindo em potencial conflito reciprocamente, ou mesmo, encerrando na distribuição espacial dos trabalhadores o aporte necessário a tomada de decisão dos capitalistas no movimento social. Além do mais, essa geografia do trabalho que tem sido produzida até hoje, não procura compreender as imbricações da vida dos trabalhadores com as estruturas espaciais, ou melhor, a maneira pela qual os trabalhadores interferem na paisagem do capitalismo em seu próprio benefício.

Esses trabalhos de inspiração marxista, ainda segundo o autor, tenderam a priorizar o capital como o ator por excelência². Entretanto havia em Marx a preocupação de não gerar uma interpretação do processo de acumulação capitalista, esta desenvolvida como crítica a economia política burguesa, estritamente do ponto de vista do capital³.

Com efeito, em seu nível metodológico, Herod (2001) apresenta sua perspectiva de análise entre sociedade e espaço, forjando, entre outros conceitos, a da produção das escalas geográficas, isto é, as interconexões entre escalas que são constantemente produzidas e reproduzidas pelas ações humanas. Tal foco, na produção do espaço e nas escalas geográficas está inserido em sua proposta intitulada “Labor Geography”. Em primeiro lugar, esse conceito deriva da produção do espaço, que, sob distintas formas, constitui parte integrante do processo de reprodução da sociedade, e com o acréscimo do papel do trabalho, a análise permite construir um quadro mais robusto sobre o entendimento do capitalismo.

E, finalmente, não se trata de abandonar a perspectiva do capital e seu papel na produção do espaço, mas sim ampliar e evitar um ponto de vista essencialista em relação ao trabalho, teorizando-o para além de uma categoria homogênea espacializada e dessa forma, buscar examinar como os diferentes grupos de trabalhadores⁴ enfrentam as determinações sociais, construindo, ao mesmo passo, tipologias geográficas distintas no decurso de suas vidas, a partir de seus interesses em determinado contexto geográfico.

Brogan e Tufts (2017) procura ampliar o foco na singularidade do trabalhador e não somente na estrutura sindical. É o que defende Rutherford (2010) quando assevera que os geógrafos tem estudado acumulação de capital e a reestruturação mais do que o trabalho e a classe.

Tais posições procuram, portanto, romper com estudos em que a organização industrial e a geografia das estruturas ocupacionais acabam por malograr a classe trabalhadora apenas como reflexo dos ditames do capital. De maneira especial, os escritos de Massey (1984)

que abordam a distribuição de grupos sociais pelo espaço diante de uma estrutura social específica, mesmo que as variáveis escolhidas e apresentadas tenham como objetivo principal a ampliação dessa geografia da indústria e do emprego em contextos não determinados totalmente pelas necessidades do capital, podem ser incluídos nesse arcabouço.

Já o trabalho de Peck (1996) encontra nas contingências geográficas a base de uma nova conceituação sobre o processo dinâmico do mercado de trabalho. O autor parte da negligência com o espaço e o lugar presentes nas abordagens dos economistas políticos sobre mercado de trabalho, a fim de reconhecer que seus processos e estruturas não ocorrem somente no tempo, mas sim entre lugares.

A espacialidade do mercado de trabalho constitui uma de suas temáticas, além da falência da teoria da segmentação pela consideração da autorregulação do mercado, uma vez que “[...] todos os mercados de trabalho são localmente constituídos”⁵ (PECK, 1996, p. 95, tradução nossa). Ao citar Sayer (1984), Peck procura indicar a maneira pela qual a organização espacial das entidades sociais se configura, e, igualmente, acaba por afetar o modo em que os processos causais são realizados.

A regulação do trabalho em diferentes escalas, segundo Peck (1996) deve ser entendida em seu amplo processo de desenvolvimento desigual do espaço, pois suas articulações evidenciam que as contradições da distribuição desigual do emprego, do salário, do bem-estar, dos recursos do mercado de trabalho, entre outros fatores, podem ser contidas ou minimizadas pela estrutura regulatória em âmbito nacional. Isso ocorre através de normas, de políticas e programas de Estado alterando processos em nível local.

O autor correlaciona a regulação do processo de trabalho com os usos antecipados do espaço, isto é, suas interações com o legado institucional local e a estrutura do mercado de trabalho local. A conclusão lógica do autor, em apenas um de seus capítulos, é a de que “[...] os mercados de trabalho são socialmente regulados de maneira geograficamente distintiva [...] a regulação do trabalho possui um significativo componente territorial”⁶ (PECK, 1996, p. 106, tradução nossa). Dessa perspectiva deriva a pesquisa de Allard, Tolman e Rosen (2003) que trata das barreiras sobre o emprego como o exemplo da prevalência de saúde mental, abuso de substâncias tóxicas e violência doméstica nas áreas suburbanas, diferenciando entre raça e gênero na região metropolitana de Detroit.

Mais recentemente, o tema da precariedade do trabalho ganhou visibilidade na geografia anglo-saxônica, com os escritos de Strauss (2017, 2018). O foco destes trabalhos são: a crescente proporção de trabalhadores não sindicalizados Norte e os trabalhadores no Sul do globo, o trabalho migrante e a feminização do emprego. Inspirado conceitualmente em Pierre Bourdieu, essa geografia do trabalho buscar suas análises tanto nos trabalhos de baixo nível de habilidade e com baixos salários, quanto nos trabalhadores de alta tecnologia, com altos salários e habilidades, mesmo assim, esses últimos vulneráveis a relativa contingências da reestruturação neoliberal.

Já o exame das bases da produção do conhecimento dessa geografia do trabalho realizada por Strauss (2018) investiga a ontologia e a epistemologia dessa subdisciplina. Para a autora, do ponto de visto ontológico, a vulnerabilidade é inerente ao corpo e as relações sociais e é sempre relacional, portanto, não procura retornar a um estado de segurança relacionados a normas padrão de relações de emprego. É o que faz a epistemologia da precariedade, por outro lado, pois mapeia cuidadosamente, analisa e procura frequentemente intervir no debate sobre regulação, direitos e distribuição da justiça.

Em momento anterior, Scott e Storper (1986) avaliaram as transformações do sistema capitalista a partir da década de 1970 e seu impacto nos sistemas territoriais e, igualmente,

os resultados dessas transformações atuando decisivamente na forma como o capitalismo, a produção e o trabalho desdobraram-se diante da internacionalização das relações econômicas e sociais. Notadamente os autores referem-se às articulações dos sistemas internacionais ao realizarem as devidas pressões nas economias nacionais a fim de ajustá-las às suas condições no campo das relações de classes, de políticas estatais, entre outros aspectos.

O trabalho, no dizer dos autores, não deve ser abstraído de seu contexto social, sob o risco de ser analisado em uma lógica meramente técnica e funcional. Além disso, os novos processos de trabalho, consequência das mudanças técnicas e organizacionais no interior da produção, quando incorporadas ao lugar de trabalho, acabam por criar formas particulares de domínios para as interações entre capital e trabalho, tal esfera de dominação é presidida pelo meio geográfico (*spatial milieu*), por meio do qual as relações sociais são formadas.

Há, de fato, uma tentativa de renovação metodológica, contudo, calcada no entendimento geográfico a partir do processo do trabalho. O grande risco, notadamente, envolve a ocultação do espaço geográfico como objeto da geografia, e sua diluição em uma análise em que o processo de trabalho obscurece uma tradição de conceitos geográficos.

Essas advertências estão presentes em Castree (2007) e são válidas, quando o autor preconiza o uso dos conceitos geográficos, como: espaço, lugar, território etc., de maneira mais precisa e consistente nos estudos em geografia com a temática do trabalho. Além disso, não há possibilidade de disjunção entre aspectos relativos ao emprego de um grupo ou indivíduo e de sua existência em sentido amplo. Entretanto, os problemas da confluência entre espaço e trabalho não cessam nas ideias dos países do norte.

O PENSAMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO E A GEOGRAFIA DO TRABALHO

Classificar e expor uma produção geográfica sobre o trabalho no Brasil consiste em tarefa complexa e não está ao alcance deste trabalho inicial, na medida em que há uma ausência de rigor conceitual e explicativo, segundo Moreira (2002), com relação a essa temática na geografia.

Tal empresa se complica ainda mais devido a existência de poucos grupos, ou de linhas de pesquisas, tanto aqueles financiados pelas instituições de fomento à pesquisa (CNPq), como grupos autônomos inclinados a tecer uma colaboração metodológica sobre o que se produz no país e no exterior sobre essa temática.

O enfoque de Moreira (2002, p. 21)⁷ é direcionado às mudanças do mundo do valor-trabalho, logo, denomina-se “[...] geografia do trabalho ao tratamento analítico do tema a partir das categorias geográficas”.

O autor parte do pressuposto das complexas metamorfoses que alteraram a base e os pilares da sociedade industrial (a sociedade do trabalho), deslocando o centro de gravidade da indústria para as finanças, e assim alterando a forma e o processo da acumulação do capital.

O que inclui mudanças, portanto, nos termos da relação das esferas econômicas da produção e da circulação e a natureza dos conceitos e formas clássicas do trabalho, do valor e do valor-trabalho do mundo da indústria.

A mudança qualitativa no tratamento dessa temática pela geografia parte das críticas ao principal representante da chamada geografia do trabalho: o geógrafo Pierre George (BITETI, 2003; NUNES, 2002). Este seria o único a utilizar a expressão geografia do trabalho como tema em sua extensa obra, contudo como observa Moreira (2002), George produziu muito mais uma sociologia das ocupações e uma economia do emprego em seus escritos.

A partir disso, Moreira (2002) elabora o que viria a ser suas teses para uma geografia do trabalho. Antes, realça não se tratar de mais uma subdivisão da geografia, mas sim da utilização das categorias da paisagem, território e do espaço a fim de explicar o tema do trabalho.

Dentre suas inúmeras categorias de análises: (des)naturalização; (des)terreação; (des)territorialização do homem; excedentes etc. seu destaque maior é atribuído a paisagem, esta responsável pelo início e término de todo o processo de análise em geografia. Enquanto o território refere-se ao recorde da paisagem expressando um domínio de alguma relação ou de um corpo. Já o espaço representa a estrutura invisível da sociedade. Instituídos tais entrelaçamentos, a lógica metodológica subjacente procura mapear os objetos presentes na paisagem, logo vislumbrando a ordenação dos territórios para, de fato, tratar com a estrutura do espaço responsável por revelar, grosso modo, a dialética dos reinos da necessidade e da liberdade.

Outra linha de análise considerável relaciona a análise geográfica com a questão da mobilidade do trabalho diante da falência dos pressupostos da modernização, com forte inspiração na obra de Robert Kurz. Nessa perspectiva, o trabalho segue, resumidamente, a teoria da crise da modernização e da territorialização do capital, responsável por formar, dentre outras coisas, as escalas territoriais historicamente determinadas pelo processo de acumulação (HEIDEMANN; TOLEDO; ROSEN, 2014).

Uma geografia assim estabelecida encontra nos impactos de uma reestruturação produtiva, umas das explicações à organização do espaço, o mesmo que encerra em si uma classe trabalhadora diluída e passiva diante dos imperativos do capital (SILVA, 2008). Entretanto, nessa perspectiva, também há possibilidade de escolher uma determinada categoria da classe trabalhadora a fim de revelar a problemática da mobilidade do trabalho através de suas redes sociais, esta considerada a base de um desencantamento (GOMES, 2007).

Tributário dessas pesquisas, Thomaz Junior⁸ (2002; 2004; 2005) não realiza outra coisa senão elevar ao máximo a geografia do trabalho a uma perspectiva teórica e metodológica autorizada a uma leitura geográfica do trabalho. Por isso o marxismo, mais uma vez, presente em toda sua obra é chamado a preencher os interstícios da análise geográfica, renovado, não ortodoxo, além de outros predicados.

O trabalho e a classe trabalhadora correspondentemente despontam como o próprio objeto de conhecimento, no qual os conceitos geográficos desempenham a mediação dita necessária. A inferência, ainda que preliminar, confere a dimensão geográfica do trabalho, a reconstrução do liame entre o homem e natureza, ou sociedade e espaço que o capital fragmentou, talvez, o ponto de partida para o entendimento do espaço total. O mundo do trabalho no campo e na cidade, os movimentos sociais e sua práxis, os sindicatos e sua falência atual, além da modernização capitalista compõem temáticas frequentes privilegiadas pelo autor.

Outros pesquisadores, tal como Castilho (2008), atuando em âmbito local, ressalta o papel do trabalho na produção do espaço e na melhoria das condições da classe trabalhadora através de alternativas potencialmente distintas de organização de novas atividades econômicas. Um discurso que pretende refutar a eterna subjugação dos trabalhadores ao capital.

Há uma propensão em escolher, dentre os inúmeros elementos do movimento da totalidade, uma variável e procurar a dimensão espacial da produção e do cotidiano dos trabalhadores exclusivamente em uma fábrica (FRANCA, 2004). Ou mesmo, elege a categoria trabalho como o centro da análise geográfica, o que não deixa de gerar contestações quando se trata da constituição do espaço social total (CASTRO, 2008).

É importante notar as diversas opções e recortes metodológicos, em função de temas diversos incorporados a geografia quando se trata de relacionar o trabalho e sua dimensão espacial ou territorial. Desde a relação capital-trabalho, as discussões não menos controversas de gênero na geografia, a busca da dimensão espacial de classes, enfim, dentre as inúmeras possibilidades de pesquisas, o discurso do específico, do fragmento reaparece e afasta um caminho totalizante e dinâmico, tal como a atual realidade complexa do mundo.

A COMPLEXIDADE DO MUNDO E AS POSSIBILIDADES DOS LUGARES

Atingir a verdade pode ser impossível, mas contribuir para o saber humano em conformidade com princípios, como escreveu Sartre (1966) é imprescindível. Diante disso, as inquietações partem das transformações porque passa o mundo no período atual, sobre o que seria esse mundo novo marcado pelo aumento paradoxal de relações seletivas generalizadas de um lado, e por um afastamento de concepções totalizantes diante da exponencial complexidade dos problemas sociais, de outro.

O reconhecimento de distintas possibilidades do fazer geográfico, daquilo que já foi produzido por diversos autores e a proposição de uma abordagem igualmente inédita envolve uma construção lenta do método. Por isso, a discussão não é sobre geografia, sua delimitação precisa no campo mesmo das ciências, a busca eterna da análise geográfica de determinado fato, mas sim estabelecer a união de elementos abstratamente daquilo que constitui o espaço geográfico hoje.

As atuais elaborações teóricas sobre os processos de transformação do mundo encontram, repetidas vezes, explicações no campo da economia, da política, da cultura, de modo geral, como instâncias majoritárias no campo do conhecimento científico. Entre essas disciplinas, estão: a economia, a arquitetura, a sociologia urbana, etc. que procuram, a seu enfoque e vocabulário específicos, elaborar teorias sobre o funcionamento do espaço geográfico. Trata-se daquela clássica crítica feita por Racine e Rouvre (1982, p. 57) segundo a qual o campo disciplinar da geografia não oferece “uma’ geografia, mas um somatório de “geo-grafias”, devido a carga ideológica reinante.

No mesmo sentido a crítica apresentada por Santos (2008b) refere-se à especialização extrema das ciências, principalmente sociais, que acabam por distanciar uma teoria geral do espaço, tanto em relação a sua elaboração teórica como a sua realização de ordem prática.

Talvez a grande tarefa do conhecimento geográfico no período atual seja captar os processos no movimento da totalidade responsáveis por reconfigurar os lugares e refuncionalizar as atividades dos homens, para em seguida, conectá-lo a outros elementos do espaço.

Isso implica uma mudança nas ideias vigentes a fim de atingir uma renovação na política e revelar as diversas determinações que compõem a realidade do mundo atual, repleto de desigualdades, que decorre, necessariamente, do uso distinto do território pela população, pelas empresas, pelas instituições e sua divisão entre as pessoas e lugares. Trata-se de considerar o espaço de todos, do convívio mútuo, porém desigual, tal como o fez Santos (2008a).

No período da globalização, em que o meio-técnico-científico-informacional é sua clara expressão, o trabalho e suas relações se manifestam em um novo meio geográfico e organizacional, cuja motivação não emana, necessariamente, do lugar, mas sim, a partir de determinações externas, em nível mundial.

Porém, com a fragmentação do território, dada a intensificação da divisão do trabalho mundial, diversos tipos de objetos são produzidos para determinados tipos de

trabalho, a fim de responder as exigências de uma produção cada vez mais específica, sob um comando distante, isto é, separado materialmente do local de produção.

A constituição desse novo meio geográfico marcada pela fluidez necessária ao processo de produção em sentido amplo cria novas solidariedades, ao mesmo tempo em que rompe com a vida de relações comuns marcadas pela contiguidade espacial.

Por isso que a destinação ou criação de infraestruturas vinculadas somente à lógica empresarial, de sua produção materialmente dividida, por exemplo, afeta toda a sociedade, incluindo a força de trabalho local, que acaba reconstruindo outra lógica, aquela da sobrevivência.

As geografias que as empresas, as instituições, as pessoas requerem sem o que elas não se reproduzem, são produzidas muito mais rápidas no mundo atual. Tal método não focaliza exaustivamente um único elemento do espaço geográfico, tal como o processo de trabalho, sua organização, disciplinarização do tempo de trabalho, quantidade de produção, entre outros aspectos, mas sim coloca o território e seu uso, porque agora historicizado, no centro da análise sobre os problemas da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal ressalva no tratamento da geografia com a categoria trabalho apresentada nesse texto assinalou a preocupação com a especialização do conhecimento científico na explicação geográfica e as inquietações na busca de uma construção teórica apta a incorporar o trabalho na evolução do espaço geográfico.

O grande desafio, nesses termos, é conectar tais pretensões em uma teoria do espaço geográfico, que seja ao mesmo tempo, clara e consistente na explicação de tais manifestações com o território, este dotado de conteúdo histórico, através de seu conjunto de conceitos a fim de revelar as dinâmicas dos processos globais e de seu relacionamento com os lugares. Igualmente as variáveis não devem ser reduzidas, ou melhor, o referencial analítico não deve ser centralizado em somente um único elemento.

É preciso que se decida procurar o real significado do espaço geográfico na sua peculiar constituição como uma categoria determinada/determinante, em seu próprio dinamismo com a sociedade, e não em princípios externos ou estranhos de caráter sociológico, econômico, cultural ou somente político.

Na geografia do trabalho anglo-saxônica o espaço ainda se confunde com a paisagem, sendo uma “coisa” a ser utilizada para fins políticos. No Brasil, há a necessidade de ampliar o diálogo entre autores de mesmo escopo em se tratando da crítica da geografia do trabalho.

Há inúmeros trabalhos produzidos no Brasil e no exterior sobre essa temática e esse texto não pretende esgotar, tampouco gerar ineditismo, mas contribuir para o debate sobre distintas concepções daquilo que se convencionou chamar de geografia do trabalho, em sua extensão e nuances, em seus limites e ambiguidades ainda a serem exploradas.

NOTAS

2 “[...] the three volumes of *Capital* [...] are written from the point of view of capitalist accumulation. Nevertheless, this does little to mitigate the fact that such a marginalization of workers as (pro)active, sentient, geographical actors was limiting theoretically, for it presented a world in which workers’ social and spatial practices remained unconnected to the process

of the uneven development of capitalism, a world in which workers were not theorized as being present at the making of the economic geography of capitalism but, instead, were seen to struggle and live within the contours of an economic and social geography created by, and for, capital” Aronowitz (1990) citado por HEROD (2001, p. 5, grifo do autor).

3 Ver Erich Fromm. *Conceito marxista do homem*. 6.ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1975.

4 O autor utiliza os termos trabalho, trabalhadores e classe trabalhadora de maneira intercambiável.

5 “[...] All labor markets are locally constituted” (PECK, 1996, p. 95).

6 “[...] *labor markets are socially regulated in geographically distinctive ways* [...] labor regulation has a significant territorial component” (PECK, 1996, p. 106, grifos do autor).

7 Texto consultado quando o autor presidia a coordenação do Núcleo de Estudos de Geografia do Trabalho – NEGT – Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense – RJ.

8 Coordenador do Grupo de Pesquisa: Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) – Departamento de Geografia – Faculdade de Ciências e Tecnologias de Presidente Prudente.

REFERÊNCIAS

ALLARD, S. W.; TOLMAN, R. M.; ROSEN, D. The geography of need: spatial distribution of Barriers to Employment in Metropolitan Detroit. **Policy Studies Journal**, [s. l.], v. 31, n. 3, p. 293–307, 2003. Disponível em: <http://doi.wiley.com/10.1111/1541-0072.00023>. Acesso em: 28 maio 2019.

BITETI, M. de O. A geografia do trabalho em Pierre George. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 9, n. 3, p. 233-242, set./dez., 2003.

BROGAN, P.; TUFTS, S. Labor geography. In: BROGAN, P.; TUFTS, S. **International Encyclopedia of Geography: People, the Earth, Environment and Technology**. Oxford, UK: John Wiley & Sons, Ltd, 2017. p. 1–9. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/9781118786352.wbieg0925>. Acesso em: 04 abr. 2018.

CASTREE, N. Labor Geography: a work in progress. **International Journal of urban and Regional Research**, v. 31, n. 4, p. 853-862, dez. 2007. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1468-2427.2007.00761.x>. Acesso em: 04 abr. 2010.

CASTILHO, C. J. M. de. Primeiros apontamentos a uma geografia do trabalho. **Revista de Geografia**, Recife, v. 25, n. 1, p. 67-97, jan./abr. 2008.

CASTRO, E. **O significado do trabalho na constituição da territorialidade dos assentados da Fazenda Ipanema, Iperó-SP**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FRANCA, G. C. **O espaço de trabalho a partir das transformações na fábrica**. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

GOMES, S. de C. **O território de trabalho dos carregadores piauienses no terminal da CEAGESP: modernização, mobilização e a migração**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

HEIDEMANN, H. D.; TOLEDO, C. de A.; BOECHAT, C. A. O trabalho no Brasil: traçado interpretativo de sua história de formação e de sua crítica. **Estudos Avançados**, São

- Paulo, v. 28, p. 55–67, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000200005&nrm=iso. Acesso em: 04 set. 2016.
- HEROD, A. From a geography of labor to a labor geography: labor's spatial fix and the geography of capitalism. **Antipode**, v. 29, n. 1, p. 1-31, jan. 1997.
- HEROD, A. **Labor Geographies: workers and the landscapes of capitalism**. New York: Guilford Press, 2001.
- MASSEY, D. **Spatial divisions of labour**. London: Macmillan, 1984.
- MOREIRA, R. Teses para uma geografia do trabalho. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 2, n. 22, p. 19-23, maio/ago. 2002.
- NUNES, F. G. O “Lugar” do trabalho na geografia econômica: reflexões preliminares. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 8, n. 23, p. 9-13, set./dez. 2002.
- ORTEGA Y GASSET, J. **A rebelião das massas**. São Paulo: Martins Fontes, 1967.
- PECK, J. **Work-Place: the social regulation of labor markets**. New York: Guilford, 1996.
- RACINE, J.-B.; ROUVRE, J. Perspectives critiques pour une géographie du travail [Réflexions sur les « Populations actives » de Pierre George]. **Espace Géographique**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 56–66, 1982. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/spgeo_0046-2497_1982_num_11_1_3706. Acesso em: 06 abr. 2019.
- RUTHERFORD, T. De/Re-Centring Work and Class?: a review and critique of labour geography. **Geography Compass**, [s. l.], v. 4, n. 7, p. 768–777, 2010. Disponível em: <http://doi.wiley.com/10.1111/j.1749-8198.2010.00328.x>. Acesso em: 11 maio 2019.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008a.
- SANTOS, M. **Da totalidade ao Lugar**. São Paulo: EDUSP, 2008b.
- SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SARTRE, J.-P. **Questão de método**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.
- SCOTT, A.; STORPER, M. (orgs). **Production, work, territory: the geographical anatomy of industrial capitalism** Boston: Allen and Unwin, 1986.
- SILVA, I. C. A. **A mobilidade do trabalho sob o impacto da reestruturação produtiva: estudo das tendências migratórias em Santo André**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- STRAUSS, K. Labour geography I: towards a geography of precarity? **Progress in human geography**, [s. l.], v. 42, n. 4, p. 622–630, 2017.
- STRAUSS, K. Labour geography II: Being, knowledge and agency. **Progress in human geography**, [s. l.], v. 44, n. 1, p. 150-159, 2018.
- THOMAZ JÚNIOR, A. **Geografia passo-a-passo: ensaios críticos dos anos 90**. Presidente Prudente: Centelha, 2005.
- THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista**. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2002.
- THOMAZ JÚNIOR, A. (org.) **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2004. 3 v.